



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Exma. Senhora
Dra. Selma Bettencourt
Chefe do Gabinete de S. Exa.
a Provedora de Justiça

SUA REFERÊNCIA
S-PdJ/2019/12158
Q/5624/2018 *et all*

SUA COMUNICAÇÃO DE
12/07/2019

NOSSA REFERÊNCIA
ENT.: N.º 5917/2019
Proc.º n.º 3416/2019

DATA

ASSUNTO: Precariedade laboral na Administração Pública
Processo de regularização extraordinária dos vínculos precários consagrado
na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro

Cumpre-me enviar a V. Exa., a fim de ser levada ao conhecimento de Senhora Provedora de Justiça, a carta do Senhor Primeiro-Ministro relativa ao assunto mencionado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Francisco André

O Primeiro Ministro

Senhora Provedora de Justiça,

Começo por me penitenciar pela demora na resposta à sua carta de julho passado.

As questões que coloca são da maior pertinência, desde logo a questão da morosidade do processo, que tem merecido repetidas insistências da minha parte junto dos diversos Ministérios. De qualquer modo, o ponto da situação permite concluir que a situação é hoje a que resulta dos dois quadros em anexo.

Como bem sublinha, muitos dos problemas suscitados são “o corolário inevitável de um programa globalmente concebido para, por meios extraordinários, erradicar um mal que nunca deveria ter acontecido”.

Outros, porém, não creio que se imputem ao programa em si, mas ao distinto regime legal emergente da relação em regime de funções públicas ou de contrato individual de trabalho. Ou mesmo de deficiente aplicação do quadro normativo, como parece ser o caso das duas funcionárias da DGAJ, pois não se entende como devam ser excluídas do âmbito do PREVPAP duas funcionárias por razões puramente circunstanciais, de ordem procedimental, que não lhes são, além do mais, imputáveis.

Por fim e quanto à questão de fundo que ecoa, creio que o essencial é assegurar a irrepetibilidade das situações patológicas que conduziram ao PREVPAP, de modo a que este tenha tido, não só natureza excecional, mas também definitiva. Pois só assim haveria – socorrendo-me da sua feliz expressão – “harmonia do sistema legislativo”.

Com os melhores cumprimentos,

Arthur Con

António Costa

QUADRO 1 - PREVPAP - PARECERES APROVADO

Administração direta e indireta do Es

Áreas governativas	Total de processos		Requerimentos não admitidos		Pareceres aprovados pelas CAB				Favoráveis (**)
	Números iniciais do site do PREVPAP	Números atualizados	Total	Dos quais, por os contratos de trabalho serem permanentes	Favoráveis	Desfavoráveis		Soma (*)	
						Total	Dos quais, por os contratos de trabalho serem permanentes		
Presidência do Conselho de Ministros e Modernização Administrativa	294	294	2		185	107	1	292	185
Negócios Estrangeiros	374	344	74	8	235	35		270	235
Finanças	443	461	31	1	72	358	343	430	72
Defesa Nacional	684	689	40	1	630	19		649	630
Administração Interna	1624	1595	582		937	76	9	1013	937
Justiça	662	733	169	8	371	193	2	564	371
Cultura	823	969	120		549	258	49	807	513
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	5981	5933	1109		1650	3177	252	4827	1396
Educação	6895	7 018	1 407	34	5 398	213		5611	5398
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	3177	3318	586		2232	500	18	2732	2232
Saúde	8516	9674			3482	6192	4810	9674	3233
Planeamento e Infraestruturas e Habitação	900	950	524		356	70	4	426	350
Economia	375	383	31		289	63	9	352	289
Ambiente	492	520	87	3	247	186		433	247
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar	717	759	203	39	422	134		556	401
TOTAL	31957	33640	4965	94	17055	11581	5497	28636	16489
		100,0%	14,8%	0,3%	50,7%	34,4%	16,3%	85,1%	49,0%

Fonte: Gab MTSSS (dados atualizados a 8JAN2020, ainda que à luz da orgânica do XXI Governo (adotada para o tratamento da informação

* Encontrar-se-ão ainda por aprovar alguns pareceres, em razão do decurso de prazos procedimentais, nomeadamente a audiência dos in

** Vide quadro 2 relativamente aos casos em que se seguiu a abertura de procedimento concursal (no setor público empresarial, a regula

PELAS CAB E HOMOLOGAÇÕES EM 8.1.2020

do e setor empresarial do Estado

Pareceres aprovados e homologações												Total dos que, a ltere do PREVPAP, já têm contratos permanentes (não carecendo de regularização)
Homologação completa			Homologação parcial (pendente entre gabinetes)					Não homologação				
Desfavoráveis		Soma	Desfavoráveis			Soma	Desfavoráveis			Soma	Soma	
Total	Dos quais, por os contratos de trabalho serem permanentes		Total	Dos quais, por os contratos de trabalho serem permanentes	Total		Dos quais, por os contratos de trabalho serem permanentes					
107	1	292								292	1	
35		270								270	8	
358	343	430								430	344	
19		649								649	1	
76	9	1013								1013	9	
193	2	564								564	10	
		513	45		45					558	49	
215	16	1611	216		216					1827	252	
3		5401								5401	34	
500	2	2732								2732	18	
		3233	249		249					3482	4810	
66	4	416			0	4	4		8	424	4	
63	9	352								352	9	
186		433								433	3	
134		535				21			21	556	39	
955	386	18444	510		510	25	4		29	18983	5591	
5,8%	1,1%	54,8%	1,5%		1,5%	0,1%	####		0,1%	56,4%		

PREVPAP).
essados.
ação não carece de concurso).

QUADRO 2 PREVPAP

Tipo Organismo	Área Governativa	Organismos	Procedimentos concursais abertos	N.º de postos de trabalho regularizados
Administração Local	N.A	Áreas Metropolitanas	6	8
		Associação de Freguesias	1	1
		Associação de Municípios	24	28
		Comunidades Intermunicipais	50	53
		Câmaras Municipais	2 535	6 664
		Juntas de Freguesia	1 512	3 218
		Serviços Municipalizados	43	90
SUB-TOTAL ADMINISTRAÇÃO LOCAL			4 171	10 062
Administração Central	Ministério da Administração Interna	N.A	128	670
	Ministério da Agricultura		55	236
	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior		324	617
	Ministério da Coesão Territorial		33	231
	Ministério da Cultura		105	277
	Ministério da Defesa Nacional		34	626
	Ministério da Economia e da Transição Digital		55	172
	Ministério da Educação		545	2 974
	Ministério da Justiça		59	248
	Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública		9	19
	Ministério da Saúde		231	2142
	Ministério das Finanças		4	11
	Ministério das Infraestruturas e da Habitação		17	72
	Ministério do Ambiente e da Ação Climática		104	143
	Ministério do Mar		30	108
	Ministério do Planeamento		9	108
	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social		149	1519
	Ministério dos Negócios Estrangeiros		13	21
	Outros		4	6
	Presidência Conselho Ministros		37	177
SUB-TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			1 945	10 377
TOTAL GERAL			6 116	20 439



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

MUITO URGENTE

Rua da Imprensa à Estrela, 4 - 1200-888 Lisboa

PROTOCOLO
Ofício N.º 670



GOVERNO DE
PORTUGAL

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Exma. Senhora
Dra. Selma Bettencourt
Chefe do Gabinete de S. Exa
a Provedora de Justiça